

1 – OS POVOS ORIGINÁRIOS



Foto: Walter Garbe, Acervo Biblioteca Nacional

O Vale do Mucuri esteve longe das práticas de exploração aurífera do século XVIII, pois o governo português queria manter as matas da região para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando. Essa medida contribuiu para preservação das comunidades indígenas na região até o século XIX. Apesar de serem genericamente e pejorativamente denominados de Botocudos, eram grupos que, integrando-se internamente ou em conflitos, viviam em sistemas cosmo-sociológicos próprios e muito dinâmicos. Esses povos, das quais podem ser citados, dentre muitas outras, os Nahnenuk, Pojichás e Krenak, sobreviviam da caça e coleta de raízes e frutas. Os objetos de uso eram poucos, para facilitar o deslocamento, usando de modo extremo os recursos naturais. Sua organização era estruturada em pequenos grupos nômades, o que resultou na pouca sofisticação nos seus instrumentos, apesar das armas, caso do arco e flecha, serem mais elaboradas. O modelo de ocupação da região a partir do século XIX levou ao desaparecimento de quase todos os grupos nas primeiras décadas dos anos de 1900. Um exemplo de resistência são os povos Maxakali.

2 – O CONTEXTO DO SÉCULO XIX E O MUCURI



Foto: A mata do Mucuri, autor desconhecido

No século XIX foi determinante a presença do discurso civilizatório típico do neocolonialismo ocidental, influenciando de forma direta o modelo de ocupação predatória no Mucuri. Nele, os indígenas e a mata seria um impedimento para o progresso, devendo, portanto, serem eliminados. o controle do território brasileiro era essencial para consolidar o poderio do recém formado Império. O nordeste mineiro era espaço onde, apesar do esforço, o Estado pouco alcançava. Partilhando com valores oitocentistas, o governo assumiu uma política de ocupações das regiões de matas, vista como um impedimento à saga civilizatória. Somada a essa realidade global e nacional, Minas Gerais vai superar a crise da mineração com um alto grau de mercantilização e o seu nível de desenvolvimento se entrelaça com bases produtivas diferenciadas e em dinâmicas particularizadas. A ocupação no Vale do Mucuri esteve associada ao crescimento populacional da província mineira no século XIX, que vai transpor os limites das áreas mineradoras, originando novos espaços habitados e em busca espaços agricultáveis, quer seja para abastecimento local, quer seja para exportação.

3 – A COMPANHIA DO MUCURI

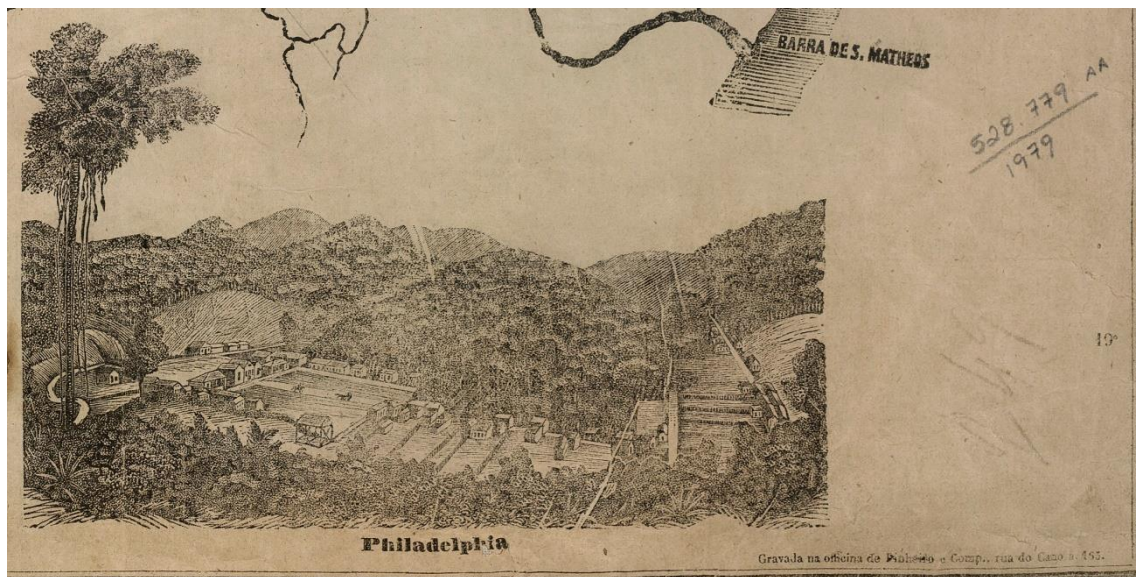


Imagem: Centro do Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Philadelphia, atual cidade de Teófilo Otoni, por volta de 1859, Carta topográfica do Mucuri, de Herculano V. Ferreira Penna, Acervo Arquivo Público Mineiro

Já era intensa a pressão da população mineira, especialmente do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, para ocupar o Vale do Mucuri no século XIX. A criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri foi um ingrediente a mais para esse processo. Criada por Teófilo Benedicto Ottoni, em 1847, a Companhia pretendia obter lucros a partir de uma área comercial no Mucuri, até então região de mata densa ocupada por diversos grupos indígenas. Apostando no potencial de consumo do Vale do Jequitinhonha, a expectativa era de que essa empresa de comércio se beneficiasse a partir de tributos cobrados por mercadorias que viriam a circular pelo Vale do Mucuri. A expectativa era que fosse possível o deslocamento pelo rio Mucuri. Mas se constatou a não navegabilidade do rio, levando a construção da estrada Santa Clara. Foram concedidas à Companhia do Mucuri muitas vantagens, tanto pelo governo imperial quanto pelo governo provincial, mas a empresa de Teófilo Ottoni não conseguiu os lucros esperados e foi encampada pelo governo em 1861.

4 – A HETEROGENEIDADE DA OCUPAÇÃO DO MUCURI NO SÉCULO XIX



Imagem Márcio Achtschin: um artefato indígena encontrado no Mucuri, o estojo de pintura do alemão Albert Schirmer e uma telha da fazenda Monte Cristo fabricada por escravos.

Além da diversidade indígena já existente, vão se somar lavradores do norte de Minas atraídos tanto pela Companhia do Mucuri como pela busca autônoma de novas áreas de produção agrícola, especialmente do vale do Jequitinhonha e norte de Minas. Justificando que a vinda de agricultores do norte de Minas não seria suficiente para ocupar a região do Mucuri, Teófilo B. Ottoni buscou a colonização com a mão-de-obra estrangeira. Os primeiros a chegarem foram os portugueses da ilha de Madeira e os chineses. Os chins, como eram chamados, vieram para trabalhar na estrada de rodagem de Santa Clara a Filadélfia. Já os colonos portugueses, vieram da ilha da Madeira eram pequenos agricultores e grande parte foi trabalhar na colônia de Urucu, acompanhados depois por belgas e holandeses. Mas a colonização que se tornou mais visível pela literatura foi a alemã (forma genérica para referir aos prussianos, suíços, belgas, holandeses e grupos do norte europeu). Apesar da generalização, os imigrantes europeus eram de origens diversas e condições econômicas também distintas. Também presentes ao longo do século XIX foram os africanos e os afrodescendentes, trazidos como escravos tanto pela Companhia do Mucuri como pelos colonos do sertão mineiro. A escravidão representou parte significativa da mão-de-obra do Mucuri, tanto nas grandes fazendas quanto em trabalhos manuais nos povoados. Os retirantes das secas nordestinas também foram grupos que ocuparam o Vale do Mucuri até meados do século XX. Chegando em condições de extrema miséria, realizaram especialmente o trabalho agrego na região. Por fim, e não menos importante, atraídos pelo enriquecimento regional chegaram, a partir do final do século XIX, grupos de sírios e libaneses, com papel significativo no comércio do nordeste mineiro.

5 – O CRESCIMENTO DO CAFÉ



Imagem: Fazenda Itamunhec, produtora de café, que usou o trabalho escravo em larga escala, pintura Albert Schirmer do século XIX

Mesmo com o fim da Companhia, o deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Mucuri se manteve. Um movimento autônomo, silencioso, que no próprio espaço mineiro buscou alternativa de produção. Paralelo à produção voltada para um mercado local surgiu também, gradativamente, uma agricultura de exportação que ganhou força, especialmente no plantio do café. O plantio do café se estabeleceu ao longo da segunda metade dos anos de mil e oitocentos e foi determinante para formação da sociedade regional. De 480 toneladas produzidos na safra de 1878, a produção regional saltou para 3 mil toneladas em 1896. Isso explica os investimentos do governo da província mineira na região a partir da década de 80 do século XIX, em especial a Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM). A produção nas fazendas se baseou até 1888 a partir do trabalho escravo e depois dessa data predominou o trabalho agrego. Em 1930, o Mucuri era a segunda maior produção de Minas Gerais. A crise de 1929 alterou profundamente esse quadro.

6 – OS MÚLTIPLOS CAMINHOS: SANTA CLARA E EFBM



Imagem: Antigo caminho da Estrada de Ferro Bahia e Minas, Acervo Fany Moreira

A estrada Santa Clara foi a principal via de comunicação do nordeste mineiro até o final do século XIX. Com a constatação de que o rio Mucuri não era navegável, a Companhia do Mucuri realizou a construção de uma estrada de cento e oitenta quilômetros, ligando a cachoeira de Santa Clara (atualmente localizada no município de Nanuque) até o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia (atualmente o município de Teófilo Otoni). Foi a primeira estrada de rodagem do Brasil e ao longo desse percurso foram construídos diversos povoados, pontos de parada e um quartel. Nessa nova rota, a viagem era feita do Rio de Janeiro até o litoral baiano de navio, outro pequeno trecho de barco pela parte navegável do rio Mucuri, e o restante através de uma estrada construída pela Cia. do Mucuri, de 180 quilômetros, chamada Santa Clara. o último ponto navegável, sendo que o restante do trajeto ocorria pela Estrada Santa Clara. Com o crescimento da produção do café a estrada se tornou uma via com alto custo de manutenção e de baixo poder de transporte. A partir de um decreto de 1880, foi criada Estrada de Ferro Bahia e Minas (EFBM) que começou a ser construída no ano seguinte, a partir do porto de Caravelas, na Bahia. No entanto, a construção foi lenta, chegando a cidade de Teófilo Otoni em 1898 e somente em 1942 atingiu o ponto final, a cidade de Araçuaí. Ao longo de suas margens ou proximidades surgiram ou aumentaram diversos povoados e cidades, como Serra dos Aimorés, Nanuque, Poté, Ladainha. A EFBM foi desativada em 1966.

7 – O COMÉRCIO E A PECUÁRIA COMO NOVAS BASES ECONÔMICAS



Prefeito Manoel Pimenta de Figueredo lança a pedra fundamental (março de 1936) do calçamento da Rua Direita, hoje Getúlio Vargas.

Imagem: Acervo Fany Moreira

Com a Crise de 1929, a produção cafeeira sofreu um impacto considerável em sua produção. Ao longo dos anos 30, a região do Mucuri buscou com alternativas econômicas a pecuária e investimentos no terceiro setor. Em meados do século XX, a criação de gado já havia se consolidado como principal atividade econômica rural do Mucuri, sendo a Região de Carlos Chagas a região de maior densidade bovina do Brasil.

Paralelo ao crescimento da pecuária, as atividades do terceiro setor cresceram de modo significativo. Algumas cidades da região, caso de Teófilo Otoni, que eram no período do café uma continuidade do espaço rural, ganham autonomia, assumindo definitivamente traços urbanos. O comércio e outras atividades ganham impulso, inclusive atraindo grupos estrangeiros, caso dos sírios e libaneses, alguns se tornando grandes proprietários de redes de lojas. Até os anos de 1960, a cidade polo do Mucuri, Teófilo Otoni, estava entre as cinco principais economias de Minas Gerais. A partir dos anos 70, a produção de gado sofreu um declínio significativo no Vale do Mucuri.

8 – O MODELO POLÍTICO E PRODUTIVO: O AGREGO



Imagem: Acervo Fany Moreira

O agrego foi determinante para a formação do Vale do Mucuri, compondo o cenário rural das médias e grandes propriedades por, aproximadamente, um século. O regime agrário denominado agregação pode ser entendido como a cessão da terra por parte do fazendeiro ao indivíduo ou família que tinha direito a extração das matas e o uso da terra. O agregado no Mucuri destinava parte do tempo no trabalho da fazenda e outra parte na sua roça. Os grupos que compuseram o trabalho agrego na região do Mucuri foram compostos por uma população extremamente miserável, basicamente povos indígenas, ex-escravos, posseiros e retirantes do nordeste. O agrego determinou a vida política e econômica do Mucuri, criando uma relação de poder a partir do mando do proprietário e uma exploração do trabalho muito próxima à escravidão. A base do poder favorecia uma política em que a coisa pública beneficiava quem tem posse, inexistindo qualquer intermediação do Estado nas relações de fazendeiros e agrego. Esse modelo de relações vai predominar até os anos de 1970.

9 – OS ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:



Imagem: Márcio Achtschin Santos

A maneira como foi ocupada o Vale do Mucuri foi determinante para formação regional, sendo que quatro fatores foram fundamentais para estruturar a sociedade da região: a violência como resolução dos conflitos, o isolamento político, a cultura predatória e o agrego. A posse da terra, as redes de sociabilidade e as relações políticas se entrelaçam a partir de uma coexistência conflituosa, resolvida fora da esfera legal, e conseqüentemente, violenta. O Estado não conseguia controlar as ocupações na região do Mucuri. Um fator que vai contribuir para que a violência se tornasse um agente determinante nas relações de poder no Vale do Mucuri vai ser o isolamento em relação aos grandes centros políticos. A produção agropecuária do Vale do Mucuri não investiu em tecnologia em função da mão-de-obra barata do agrego e a base exploratória da terra baseada em um modelo estritamente predatório. Uma atividade fundada nessas práticas apresentam limites para desenvolver dentro do modelo capitalista típico do século XX. Pelo baixo custo do trabalhador, o investimento em tecnologia era dispensável. Para a visão do ruralista da região, maquinários tinha um custo desnecessário, e a abundância de terra não estimulava seu uso de modo racional. Esse foi o dilema vivido (e não superado) pelo proprietário de terra do Vale do Mucuri que se estendeu enquanto foi possível explorar o solo e o agregado: sair do atraso e chegar à modernidade, mas sem abrir mão do modelo exploratório que gerava sua riqueza. A crise instalada no meio rural também se reproduziu na cidade a partir dos anos de 1970 em um dilema ainda por resolver no século XXI.

10 – O ENCONTRO DO MUCURI CONSIGO MESMO:



Imagem: Márcio Achtschin Santos

Apesar do seu enorme potencial, a região do Vale do Mucuri não conseguiu o desenvolvimento desejado. Os reflexos da sua formação podem ser mensurados a partir de diversos aspectos. Apresentando problemas gravíssimos na área ambiental, resultado de quase dois séculos de desmatamento ininterruptos, não há sinais de ruptura com o antigo modelo desbravador do século XIX. Pelo contrário, ao invés da recuperação da terra tem crescido o plantio do eucalipto. As práticas desenvolvidas no campo foram continuadas na economia urbana. É o caso da extração e comercialização de pedras semipreciosas que, baseado na informalidade e os baixos investimentos em tecnologia, viveu o boom a partir da segunda metade do século XX, mas que sofreu uma redução significativa desse mercado. As relações de poder e trabalho ainda têm o agrego como referência, criando práticas políticas baseadas no mandonismo, localismo, personalismo, patrimonialismo e patriarcalismo. A cultura acaba por reproduzir esse cenário, pois a comunidade mucuriense tinha, e ainda tem, como espelho o comportamento típico dos grandes centros, mas paradoxalmente os recusa pela realidade conservadora que marcou suas práticas tanto no jogo do poder quanto modelo produtivo. Assim, não se reconhece no seu passado, resultando em um grande vazio na construção da memória local. A resistência a ações que resgatem a memória do Vale do Mucuri torna-se perceptível, identificado na carência de museus no nordeste mineiro, formando um vácuo de espaços museais em todos os seus municípios.